

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 009/2020-PGJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020.**

Altera a Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010, que cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, o Grupo de Atuação Especial da Execução Penal - GAEP, estabelece suas normas de atuação e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O *caput* do art. 3º da Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O Procurador de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais exercerá a Coordenação-Geral, e um membro do Ministério Público da mais elevada entrância, com atribuição junto à Execução Penal, exercerá a Coordenação-Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal – GAEP.” (NR)

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010, passa a vigorar acrescido de § 4º com a seguinte redação:

“§ 4º O membro que exercer a Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal – GAEP será agregado pelo Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo de suas atribuições.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 010/2020-PGJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Resolução nº 39/2012-PGJ, de 14 de dezembro de 2012, que cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, o Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEViD), estabelece suas normas de atuação e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Resolução nº 39/2012-PGJ, de 14 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Procurador de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos exercerá a Coordenação-Geral, e um membro do Ministério Público da mais elevada entrância, com atribuição junto ao enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, exercerá a Coordenação Adjunta do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEViD).” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Resolução nº 39/2012-PGJ, de 14 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido de § 4º com a seguinte redação:

“§ 4º O membro que exercer a Coordenação Adjunta do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEViD) será agregado pelo Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo de suas atribuições.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 011/2020-PGJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012, que define as atribuições e reorganiza a estrutura dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. O Procurador-Geral de Justiça poderá agregar membro do Ministério Público da mais elevada entrância para assessoramento dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional nos respectivos Núcleos de Apoio Técnico.” (NR)

Art. 2º O art. 4º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça poderá agregar Promotor de Justiça da mais elevada entrância para atuar, sem prejuízo de suas atribuições, como Adjunto ao membro agregado na forma do caput deste artigo.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2020-ASSEP4, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Ref. Notícia de Fato n. 01.2019.00010203-6

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 72, de 28 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul),

CONSIDERANDO as irregularidades narradas nos autos da Notícia de Fato nº 01.2019.00010203-6, no tocante às informações disponibilizadas pelo Portal de Transparência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do sítio eletrônico, no campo referente ao “Portal da Transparência”, aos preceitos contidos na Lei nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação), e na Lei Complementar nº 131, de 27.05.2009 (Lei da Transparência); na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; no Decreto Federal nº 7.185/2010 e na Lei Estadual nº 4416/2013.

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal traz a exigência do compromisso de gestão fiscal responsável e de equilíbrio das contas públicas, além de introduzir mecanismos de controle dos recursos públicos, sendo a transparência um dos maiores princípios que a norteiam;

CONSIDERANDO a conclusão apresentada na Nota Técnica nº 313/2019/REGIONAL/MS, da Controladoria-Geral da União, de que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS não atende os normativos vigentes acerca da transparência pública ao qual o órgão está subordinado. (doc. anexo)

CONSIDERANDO que o Portal da Transparência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul ainda se encontra em desacordo com as normas de transparência e de acesso à informação vigentes, conforme conclusão da Nota Técnica nº 313/2019/REGIONAL/MS;

RESOLVE:

RECOMENDAR à Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul que promova, **no prazo de 180 (cento e oitenta dias)**, as adequações e correções pertinentes para sanar as irregularidades do Portal da Transparência, a fim de dar cumprimento à Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência), com as inovações trazidas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme detalhamento apontado na Nota Técnica nº 313/2019/Regional/MS, cuja cópia segue anexa.

REQUISITA, por fim, sejam as providências adotadas comunicadas ao Procurador-Geral de Justiça, acompanhadas dos documentos que entender pertinentes.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1389/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4498/2019-PGJ, de 3.12.2019, na parte que estabeleceu o 2º período de férias do Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, de forma que, onde consta: “4 a 13.5.2020”; passe a constar: “8 a 17.9.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1359/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROCURADORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Mauri Valentim Riciotti	29	9.3 a 6.4.2020
João Albino Cardoso Filho	9	9 a 17.3.2020
Marcos Antonio Martins Sottoriva	27	16.3 a 11.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1360/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de maio de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
6 (18h01min) a 13.5.2020 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203
13 (18h01min) a 20.5.2020 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
20 (18h01min) a 27.5.2020 (7h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203
27.5 (18h01min) a 3.6.2020 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1361/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de maio de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
6 (18h01min) a 13.5.2020 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	99129-2433
13 (18h01min) a 20.5.2020 (7h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura	99129-2433
20 (18h01min) a 27.5.2020 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433
27 (18h01min) a 3.6.2020 (7h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1370/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Camapuã, Lindomar Tiago Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste, no período de 22 a 30.4.2020, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1372/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral, no período de 4 a 23.5.2020, em razão de férias do titular, George Cassio Tiosso Abbud.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1386/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 18 a 22.5.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1387/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro o 2º período de férias, que seriam usufruídas de 4 a 13.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1385/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Daniel Pivaro Stadniky	17	16.3 a 1º.4.2020
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	30	6.7 a 4.8.2020
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	16	1º a 16.5.2020
João Meneghini Girelli	15	1º a 15.4.2020
Luciano Anechini Lara Leite	22	23.3 a 13.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1388/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, com a redação dada pela Portaria nº 145/2020-PGJ, de 15.1.2020, na parte que estabeleceu o 1º período de férias da Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, de forma que, onde consta: “5 a 19.5.2020”; passe a constar: “22.6 a 6.7.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1393/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 51º Promotor de Justiça de Campo Grande, Wilson Canci Junior, para coadjuvar a 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 31.5.2020; e revogar, a partir de 1º.5.2020, a Portaria nº 26/2020-PGJ, de 7.1.2020, que o designou para coadjuvar a 22ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1398/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 4.5.2020, a Portaria nº 1161/2020-PGJ, de 3.4.2020, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para exercer a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1346/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SETOR DE MANUTENÇÃO E SUPORTE		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Elvey Tessaro Andrade	Analista/Engenharia Elétrica	25.4.2020
LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
DESIGNAÇÃO: SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Juliana Giovani de Souza Ferreira	Técnico I/Administrativa..	4.5.2020
DESIGNAÇÃO: CENTRAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	Técnico I/Administrativa	4.5.2020
Philippe Vieira Nunes	Técnico II/Administrativa	27.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1373/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 35/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Cristiane Mourão Leal Santos, Promotora de Justiça e Coordenadora do GAECO; 1.1) Suplente – Ariel Araujo, Assessor Adjunto da Assessoria Militar; 2) Fiscal Administrativo – Ronald de Souza Gomes da Silva, Assistente Militar; 2.1) Suplente – Kerman Mendes Pereira, Assistente Militar (Processo PGJ/10/0586/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1374/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar como supervisores, coordenadores e fiscalizadores do convênio de cooperação técnica e científica, objeto do Processo PGJ/10/4910/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: pelo MPMS: 1) Marigô Regina Bittar Bezerra, Procuradora de Justiça; 2) Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça; 3) Elisa Mari Kihara Zaha, Diretora da Secretaria de Finanças; 4) Djene de Souza, Chefe de Setor; pela UEMS: 1) Eva Faustino da Fonseca da Moura Barbosa; 2) Vinícios de Oliveira Ribeiro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1375/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 27/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/0954/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1376/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 37/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/4076/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1394/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 1353/2020-PGJ, de 28.4.2020, de forma que, onde consta: “Marcio Luis de Sousa...”; passe a constar: “Márcio Luiz de Sousa...”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1395/2020-PGJ, DE 30.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1059/2020-PGJ, de 19.3.2020, na parte que designou a servidora Eliani Soares Rodrigues, ocupante de cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na Secretaria de Gestão de Pessoas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1348/2020-PGJ, DE 28.4.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patrícia Lima Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, com prejuízo de suas funções, responder pelo Protocolo da Unidade Chácara Cachoeira, no período de 22 a 30.4.2020, em razão de afastamento do servidor Arnaldo Benicio da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1349/2020-PGJ, DE 28.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Criminal da referida Comarca, no período de 5 a 30.4.2020, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1377/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.3 a 19.5.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1378/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Danielle Yukari Kato, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 12.4.2020, nos termos dos artigos 130, inciso III, e 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 37, § 2º, do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1379/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fernanda Carneiro de Jesus, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 9.4.2020, nos termos dos artigos 130, inciso III, e 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 37, § 2º, do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1380/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 17.4.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1381/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Francisco Vilar Bermal Júnior, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.4 a 4.6.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1382/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5.4 a 4.5.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1383/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marta Josefa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.4 a 25.6.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1384/2020-PGJ, DE 29.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13.4 a 11.6.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1390/2020-PGJ, DE 30.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de serviço requerida pela servidora Patricia da Silva Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, no total de 974 (novecentos e setenta e quatro) dias, para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme o quadro a seguir, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/1142/2020):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	EMPREGADOR
INSS	9 meses	1º.4.1998 a 31.12.1998	Escola Pré-Escolar e de 1º Grau Expoente S/C
INSS	18 dias	1º a 30.9.2005	Prodomex Farmácia Expressa Ltda.
INSS	1 ano, 10 meses e 16 dias	19.9.2005 a 4.8.2007	Prodomex Farmácia Expressa Ltda.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1391/2020-PGJ, DE 30.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 7/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição à Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul, Ageprev, requerida pelo servidor Pedro do Carmo Sandim Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 201, § 9º, ambos da Constituição Federal, do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e, ainda, dos artigos 79 e 80 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme o quadro a seguir (Processo PGJ/10/1192/2020):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE SERVIÇO
1 ano, 9 meses e 16 dias	23.1.2012 a 3.11.2013	Assist. de Serv. Organizacionais	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, SEJUSP

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 21/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) **Notícia de Fato nº 01.2020.00003032-4 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Corumbá.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 22/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000013-3 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

2) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000139-8 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

3) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000268-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa Madeiras Pato Branco Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade no transporte de madeira em desacordo com a legislação ambiental, pela empresa Madeiras Pato Branco Ltda.

4) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000434-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual cumulação irregular de cargo público no município de Anastácio por parte de: Manoel Luiz da Silva, Jussara Banbil Silva, Maria José Silva Ferreira e José Edson dos Santos.

5) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000463-0 - (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

6) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000528-3 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

7) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000698-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

8) **Inquérito Civil nº 06.2017.00001353-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Thiago Queiroz Machado - Assunto: Apurar reclamação constante no abaixo-assinado sobre poluição sonora decorrente da atividade comercial do "MEDIÃO PUB". (PP nº 5/2017, migrado para o SAJMP).

10) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000722-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bataguassu - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da destinação dos resíduos sólidos produzidos pela zona urbana de Bataguassu em área localizada próxima ao matadouro municipal no reassentamento Santa Paula, de acordo com o constatado por relatório circunstanciado da Polícia Militar Ambiental. (IC nº 002/2016, migrado para o SAJMP).

11) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001334-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o derrame de 67 litros de etanol no

córrego Ritinha em Cassilândia pelo acidente ocorrido no dia 06 de maio de 2018 na BR 158, km 7.

12) Inquérito Civil nº 06.2018.00001780-6 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 05/2015, migrado para o SAJMP).

13) Inquérito Civil nº 06.2018.00003502-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos de Buriti/MS - Assunto: Apurar notícia a acerca de desvio de combustíveis, lubrificantes e pneus da frota de ônibus da Secretaria de Educação da Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti/MS pelo funcionário conhecido como "Rogério Semprebom". (PA nº 01/2015, migrado para o SAJMP).

14) Inquérito Civil nº 06.2018.00003552-6 - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL - Assunto: Apurar eventual descumprimento/inobservância das normas relativas à interrupção ou suspensão do fornecimento de água (serviço essencial) à população. (IC nº 08/2014, migrado para o SAJMP).

15) Inquérito Civil nº 06.2018.00003566-0 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Dois Irmãos do Buriti.

16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000080-8 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Piquiri Madeiras Eireli - Assunto: Apurar o descumprimento das condicionantes gerias e (principalmente) específicas da Licença Ambiental, notadamente pela realização de atividade de desdobramento de madeira pelo empreendimento Piquiri Madeiras Eirelli Ltda.

17) Inquérito Civil nº 06.2019.00001007-2 - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar a necessidade de Regularização Fundiária Urbana do Loteamento Vila Bela, nesta cidade, o qual estaria em desacordo com as disposições contidas na Lei 6.766/79. (IC nº 42/2012, migrado para o SAJMP).

18) Inquérito Civil nº 06.2019.00001161-6 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã.

19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001166-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Alegria - Parcela I - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 14,91 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Alegria - Parcela I em Bela Vista/MS.

20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001406-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cristiano Rodrigues de Souza Filho - Assunto: Apurar eventual dano ambiental referido no Parecer nº 46/17/Nugeo.

21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001669-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Jequitibá Madeiras EIRELE-ME- Assunto: Apurar possível atividade comercial de madeira sem licença de autoridade competente.

22) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000033-0 - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Escola Municipal Professor Aldo de Queiroz - Assunto: Apurar denúncia do disque 100, em tese, por violação de direitos da criança Enzo Rogério Campos da Conceição, ocorrida por parte da direção da Escola Municipal Professor Aldo de Queiroz.

23) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000166-2 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Municípios de Miranda e Bodoquena - Assunto: Adesão dos Municípios de Miranda e Bodoquena ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

24) Inquérito Civil nº 06.2020.00000483-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Otávio de Jesus Barbosa - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1355/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000485-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Michel Marassi Nogueira - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1502/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000486-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Nerma dos Santos Silva - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1535/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000487-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wagner Pereira da Silva - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1540/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

28) Inquérito Civil nº 06.2020.00000489-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fabiana Alves Leme da Mota - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1542/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

29) Inquérito Civil nº 06.2020.00000259-4 - 6ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Sicredi Campo Grande MS e Sicredi União MS/TO - Assunto: Apurar a ausência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva no em locais privados de uso coletivo, especificamente nas agências do banco SICREDI de Campo Grande/MS.

30) Inquérito Civil nº 06.2018.00003249-5 - 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual existência de agressões físicas e psicológicas em pessoa portadora de necessidades especiais, realizadas no local de trabalho, e em lugares escondidos.

31) Inquérito Civil nº 06.2018.00003174-1 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Controladoria de Sidrolândia - Assunto: Apurar a situação envolvendo o ofício nº 586/2018, supostamente protocolado na Promotoria de Sidrolândia.

32) Inquérito Civil nº 06.2018.00001922-6 (Sigiloso) - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia. (IC nº 26/2012, migrado para o SAJMP).

33) Inquérito Civil nº 06.2017.00000551-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da nomeação de controlador do município de Bandeirantes, sem processo seletivo, em julho de 2016.

34) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001341-4 - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar ausência de calçadas na Rua Batista Bezerra e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana no Município de Paranaíba.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/PGJ/2020

PROCESSO Nº PGJ/10/3740/2019

UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que a Licitação Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/3740/2019) foi anulada, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.

Campo Grande, 30 de abril de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1207/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Valor contratual total: R\$ 7.631,00 (sete mil seiscentos e trinta e um reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000127, 2020NE000128 e 2020NE000129, datadas de 20.03.2020.

Vigência: 24.03.2020 a 24.03.2021.

Data de assinatura: 24 de março de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1201/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Valor contratual total: R\$ 4.847,00 (quatro mil oitocentos e quarenta e sete reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000131, 2020NE000132 e 2020NE000133, datadas de 23.03.2020.

Vigência: 27.03.2020 a 27.03.2021.

Data de assinatura: 27 de março de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1269/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 15.194,00 (quinze mil cento e noventa e quatro reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000138, 2020NE000139, 2020NE000140 e 2020NE000141, datadas de 30.03.2020.

Vigência: 03.04.2020 a 03.04.2021.

Data de assinatura: 03 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1289/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.073,00 (cinco mil e setenta e três reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000143, 2020NE000144, 2020NE000145, 2020NE000146 e 2020NE000147, datadas de 1º.04.2020.

Vigência: 03.04.2020 a 03.04.2021.

Data de assinatura: 03 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/PGJ/2020

Processo PGJ/10/1607/2018

Partes:

1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- R GALVANI BECKER ENGENHARIA EIRELI, representada por **Ronaldo Galvani Becker**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 4/CPL/PGJ/2019

Amparo legal: Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Execução de demolição de edificação, na cidade de Três Lagoas/MS, com área total de 2068 m², disposta em dois pavimentos (térreo + 1º pavimento), inclusive o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários para a total demolição da edificação e remoção e destinação final do entulho gerado, sob o regime de execução de empreitada por preço global.

Valor contratual total: 189.700,00 (cento e oitenta e nove mil e setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000165, datada de 17.04.2020.

Vigência: 28.04.2020 a 28.04.2021.

Data da assinatura: 28 de abril de 2020.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018

Processo PGJ/10/1847/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Reajustar o valor dos insumos não ligados diretamente à mão de obra**, aplicando-se a variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços do Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e **reajustar o valor mensal da contratação**, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho, cuja vigência é de 1º.01.2020 a 31.12.2020.

Valor estimado mensal: R\$ 1.117.672,86 (um milhão cento e dezessete mil seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Vigência: 30.04.2020 a 31.12.2020.

Data da assinatura: 30 de abril de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0004/2020/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2020.00000565-8

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Município de Campo Grande; SESAU-Secretaria Municipal de Saúde e SEMADUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana.

Objeto: Apurar se o Poder Público Municipal, responsável pela execução da vigilância sanitária e epidemiológica nesta Capital, está fiscalizando o efetivo cumprimento das medidas sanitárias gerais e específicas de prevenção de propagação da COVID-19 e as demais condições para funcionamento das *atividades religiosas com presença de público/fiéis nas igrejas/templos e afins*, de acordo com o Decreto n. 14.219, de 26/03/2020, a Resolução Conjunta SESAU/ SEMADUR n. 5, de 17/04/2020, o Decreto n. 14.257, de 17.4.2020, e as demais regras de enfrentamento à pandemia.

Campo Grande, MS, 28 de abril de 2020.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora De Justiça Da Saúde Pública

DOURADOS

EDITAL Nº 0014/2020/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001303-6 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001303-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Machado da Silva e Jackson Bendassoli

Assunto: “Apurar notícia indicativa da ocorrência de atos de improbidade administrativa consistentes na utilização de equipamentos e mão de obra prisional em favorecimento pessoal, pelos requeridos”.

Dourados, 30 de abril de 2020.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

EDITAL Nº 0018/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001470-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Conselho Municipal de Saúde de Bela Vista - MS

Assunto: Acompanhamento a Regularização do Conselho Municipal de Saúde de Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 14/04/2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001532-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Bela Vista, Secretaria Municipal de Saúde de Caracol, Hospital Rita Antônia Maciel Godoy, Hospital Beneficente São Vicente de Paula.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a correta utilização da verba judicial referente aos Autos nº 0000424-28.2020.8.12.0003 destinada à aquisição de EPI's (equipamento de proteção individual) a serem empregadas no sistema municipal de saúde (Bela Vista e Caracol) para prevenção da propagação novo Coronavírus / Covid-19.

Bela Vista/MS, 26/04/2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

NOTÍCIA DE FATO: 01.2020.00003113-4**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito na Notícia de Fato nº 01.2020.00003113-4, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da CF);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegura-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 também estabeleceu em seu artigo 5º, inciso XXXII, o dever do Estado na defesa do consumidor, na forma da lei;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.078/90 instituiu como direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados mesmo em se tratando de serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inciso I), com expressa determinação de que *"Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores"* (art. 8º), inclusive com a obrigação de que *"O fornecedor deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços, ou colocados à disposição do consumidor, e informar, de maneira ostensiva e adequada, quando for o caso, sobre o risco de contaminação"* (art. 8º, §2º).

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora vivenciado no contexto do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou, em 11 de março de 2020, situação de pandemia de novo Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPII em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Governo Federal, em 06 de fevereiro de 2020, publicou a Lei nº 13.979, dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, regulamentou e operacionalizou o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul em, 20 de março de 2020, através do Decreto nº 15.396, declarou, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - novo coronavírus (Covid-19), amplia as medidas de prevenção a serem adotadas no território sul-mato-grossense, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Município de São Gabriel do Oeste/MS, em 23 de março de 2020, através do Decreto nº 2.115, decretou situação de emergência para fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19) e estabeleceu outras medidas;

CONSIDERANDO que o Município de São Gabriel do Oeste/MS já editou e publicou os Decretos nº 2.114/2020, 2.115/2020, 2.119/2020, 2.128/2020 e 2.132/2020, dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19) e dando outras providências;

CONSIDERANDO que, não obstante a expedição de atos normativos pelo Município de São Gabriel do Oeste/MS visando limitar a aglomeração de pessoas, faz-se necessária a intensificação de tais limitações como forma de viabilizar a efetiva prevenção no aumento exponencial dos casos de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, as medidas restritivas da aglomeração de pessoas têm sido entendidas como as mais efetivas para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo novo coronavírus (Covid-19) não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO que as informações que chegaram ao conhecimento do Ministério Público por intermédio dos órgãos de vigilância locais indicam que tem havido grandes aglomerações e filas em frente às agências da Caixa Econômica Federal e Casa Lotérica de São Gabriel do Oeste, desrespeitando as orientações públicas de distanciamento social;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Promotoria de Justiça recomendar medidas administrativas a serem deflagradas pela Instituição Financeira e Lotérica para resposta à situação de risco à saúde dos consumidores dos seus serviços;

Resolvem RECOMENDAR às agências da Caixa Econômica Federal e Casa Lotérica de São Gabriel do Oeste, na pessoa de seus Gerentes Responsáveis, que, IMEDIATAMENTE, em até 48 (quarenta e oito horas) horas, adotem medidas concretas visando sua adequação às determinações constantes nas normas regulamentares federal, estadual e municipal, em especial:

- a) Controlar a fila de espera na parte interna e externa dos estabelecimentos por um funcionário, de modo a organizar o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre as pessoas, evitando tumulto e aglomerações;
- b) Reforçar as medidas de higienização de superfície com álcool gel 70%, álcool 70% ou hipoclorito de sódio com concentração de 2 a 2,5% de Cloro Ativo e disponibilizar álcool gel 70% ou álcool 70% para os usuários realizarem a higienização de mãos, em local sinalizado.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar adoção de medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjsaogabrieldooeste@mpms.mp.br), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da presente, se o responsável acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP-MS).

Encaminhem-se cópias da presente Recomendação às Agências da Caixa Econômica Federal e Casa Lotérica do Município de São Gabriel do Oeste, para conhecimento e providências.

Encaminhem-se cópias da presente Recomendação ao órgão municipal responsável pela fiscalização da prevenção do contágio da doença Covid-19 para conhecimento.

São Gabriel do Oeste, 23 de abril de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0021/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2019.00001372-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: Bruno Ewerling Maggioni

Assunto: Apurar possível dano ambiental na Fazenda Santa Maria, consistente no armazenamento irregular de embalagens vazias de agrotóxico.

Terenos/MS, 23 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0022/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2019.00001297-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental na Fazenda IPB, neste Município.

Terenos/MS, 23 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0023/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2019.00001359-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na celebração de Termos de Cessão de Uso e Ocupação de áreas públicas situadas na margem do Rio Aquidauana pelo Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 23 de abril de 2020

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0024/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2019.00001322-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: apurar possíveis irregularidades nos pagamentos dos serviços prestados por Cícero da Conceição – ME ao Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 23 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça